



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
2ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - 2º andar - Centro - Boa Vista/RR - CEP:
69.301-380 - Fone: (95) 3198-4755 - E-mail: 2civelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0827398-76.2019.8.23.0010

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório em razão de acidente de trânsito.

Afirma a parte autora, FRANCISCO DIAS DE SOUZA, que o evento acidentário lhe resultou na debilidade permanente descrita na inicial.

Ademais, relata que a parte ré, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, recusou-se a efetuar o pagamento administrativo pelo sinistro ocorrido.

Desta forma, requer a condenação da parte ré ao pagamento de indenização securitária, no valor máximo estabelecido em lei (R\$ 13.500,00), além de reparação pecuniária por danos morais, no importe de R\$ 3.000,00.

Citada, a parte ré apresentou resposta escrita (EP 15), sustentando, em síntese, a respeito da inexistência de lesão incapacitante na parte autora.

Determinada produção de prova pericial nos autos, sendo, para tanto, nomeada perita oficial (EP 19).

Perícia realizada na parte autora, com o fito de aferir a lesão e a debilidade supostamente gerada. Laudo pericial juntado aos autos (EP 43).

A ré sustentou a impossibilidade de pagamento do seguro em virtude de inadimplemento do prêmio pelo autor (EP 48).

É o relatório. Decido.

Como visto, trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório de trânsito.

Assim, cumpre destacar o enunciado de n. 474, na súmula da jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, que trata da matéria, *in verbis*:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário,

será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.

Desta forma, em caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na tabela anexa à Lei n.º 6.194/74.

Neste contexto, confirmada a invalidez permanente parcial incompleta por meio da perícia realizada, mister é proceder à graduação de acordo com o laudo da perita judicial nomeada, bem como aos graus de invalidez presentes na retrocitada tabela.

Pois bem. Observa-se que houve dano no ombro esquerdo e no punho esquerdo da parte autora. Logo, levando-se em consideração a tabela anexa à Lei n. 6.194/74, tal repercussão no patrimônio físico da parte autora implica na graduação de 25% (ombro) e 25% (ombro), respectivamente e isoladamente, sobre o valor do teto máximo previsto para indenização por invalidez permanente (R\$ 13.500,00).

O art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com suas posteriores alterações, dispõe que, em primeiro lugar, deve ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional consoante previsão no inciso I do mesmo parágrafo.

No caso em tela, como dito alhures, a percentagem indicada para a primeira lesão é de 25% sobre o valor total de indenização (R\$ 13.500,00), gerando-se, por consequência, o valor de R\$ 3.375,00.

Por conseguinte, de acordo com inciso II, do art. 3º, § 1º, do mesmo Diploma Legal, utiliza-se o valor acima indicado em 10%. Isto em virtude da graduação (residual) aferida pela perícia medica realizada.

Assim, produz-se a quantia de R\$ 337,50, sendo esta a indenização a ser paga à parte autora, pela primeira lesão, pela incapacidade gerada em decorrência do acidente de trânsito, conforme os ditames da Lei n. 6.194/74.

Com relação à segunda lesão, a percentagem indicada na tabela do anexo à Lei n. 6.194/74 também é de 25% sobre o valor total de indenização (R\$ 13.500,00), gerando-se, assim, o valor de R\$ 3.375,00.

Adiante, amortiza-se, também, este valor (10% de R\$ 3.375,00), produz-se a quantia de R\$ 337,50, sendo esta a indenização a ser paga à parte autora, pela segunda lesão, pela incapacidade gerada em decorrência do acidente de trânsito, conforme os ditames da Lei n. 6.194/74.

Efetuando-se o somatório das indenizações devidas, perfaz-se o montante de R\$ 675,00.

Por outro lado, o mero dissabor ocasionado pelo inadimplemento de obrigação legal imposta à seguradora responsável pelo pagamento do seguro DPVAT, não configura ato lesivo a ensejar indenização por danos morais.

Por fim, no tocante à alegação da ré de que o não pagamento do prêmio no prazo devido afasta a cobertura securitária, cediço é que, consoante disposição contida na Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça, o fato, por si só, de o segurado não ter adimplido com o pagamento do prêmio do seguro DPVAT não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Sendo assim, pelo aspecto fático e fundamentos jurídicos expostos, acolho parcialmente um dos pedidos formulados na inicial, julgando **parcialmente procedente** a pretensão inicial, extinguindo o processo com julgamento de mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC, para **condenar** a parte ré ao pagamento de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), com juros de mora de 1% a partir da citação, e correção monetária, pelo índice oficial deste Tribunal, a partir do evento danoso.



Condeno, ainda, a parte ré ao pagamento das custas processuais finais e honorários advocatícios arbitrados em quantia equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do §8º, do artigo 85, do Código de Processo Civil.

Intimem-se.

Transitada esta decisão em julgado, certifique-se e arquive-se.

Boa Vista, sexta-feira, 10 de janeiro de 2020.

Angelo Augusto Graça Mendes

Juiz de Direito

(assinado digitalmente - sistema CNJ - PROJUDI)

